



# A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A IDENTIFICAÇÃO DE PENSAMENTOS DESADAPTATIVOS RECORRENTES EM PAIS ADOTANTES

## THE COGNITIVE BEHAVIORAL THERAPY AND ITS CONTRIBUTIONS TO THE IDENTIFICATION OF RECURRENT MALADAPTIVE THOUGHTS IN ADOPTIVE PARENTS

Stephanie da Cunha Calmon<sup>1</sup>  
Luiz Antonio Bernardes<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** Este artigo contempla reflexões sobre a adoção e as possíveis contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) para a prática de profissionais que atuam com pais adotantes. O objetivo principal foi identificar os pensamentos desadaptativos recorrentes nesses pais. Como metodologia utilizada, foi feita uma revisão narrativa de literatura, a qual ocorreu em três etapas: contextualização do problema, seleção dos materiais a serem analisados e a análise das informações obtidas nesses trabalhos. Os materiais utilizados deveriam ter sido publicados no período de 1997 a dezembro de 2017. Através dos materiais, foi possível a realização de uma análise do tema proposto, apesar da escassez de artigos e pesquisas que correlacionem diretamente os temas TCC e adoção. A discussão teórica consistiu na apresentação de alguns conceitos relacionados à adoção partindo de uma construção sócio-histórica, na apresentação dos padrões de pensamentos/crenças a respeito da adoção apresentados na literatura, e, posteriormente, abordadas as possíveis contribuições da TCC, juntamente com alguns manejos clínicos que podem ser utilizados na intervenção com pais adotantes. A análise dos trabalhos resultou na identificação da presença de diversos pensamentos desadaptativos relacionados ao processo da adoção, que poderiam estar correlacionados com a maneira com a qual o relacionamento entre pais e filhos se constrói.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terapia Cognitivo-Comportamental; Adoção; Pais Adotantes; Pensamentos desadaptativos.

**ABSTRACT:** The article contemplates reflections on the adoption and possible contributions of Cognitive Behavioral Therapy (CBT) for the practice of professionals who work with adoptive parents. The main objective was to identify the recurrent maladaptive thoughts in these parents. The methodology used was a narrative review of literature, which took place in three stages: contextualization of the problem, selection of the materials to be analyzed and the analysis of the information obtained in these works. The materials used should have been published in the period from 1997 to December 2017. Through the materials it was possible to carry out an analysis of the proposed theme, despite the shortage of articles and research that directly correlate the themes of CBT and adoption. The theoretical discussion consisted in the presentation of some concepts related to adoption starting from a socio-historical construction, in the presentation of the thoughts / belief patterns about adoption presented in the literature, and, later, the possible contributions of CBT along with some managements which can be used in intervention with adoptive parents. The analysis of the studies resulted in the identification of the presence of several maladaptive thoughts related to the adoption process, which could be correlated with the way in which the relationship between parents and children is constructed.

**KEYWORDS:** Cognitive Behavioral Therapy; Adoption; Adoptive parents; Maladaptive thoughts.

---

---

<sup>1</sup> Especialista em Terapia Cognitivo-comportamental pela PUC Minas. [stephaniecalmon@hotmail.com](mailto:stephaniecalmon@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Análise Experimental do Comportamento pela PUC São Paulo e Especialista em Terapia Cognitivo-comportamental pela USP. Professor da pós-graduação lato sensu em Terapia Cognitivo-Comportamental da PUC Minas. [luaber@yahoo.com.br](mailto:luaber@yahoo.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo, a adoção foi vista dentro de um contexto “marginalizado”, no qual o filho adotivo estaria sempre fora da cultura, e o processo da adoção seria direcionado exclusivamente para atender ao interesse dos adultos.

Somente ao se aproximar do universo da adoção é que se torna possível tomar consciência da complexidade e grandeza em que essas relações são construídas. Weber (2003) e Schettini, Amazonas e Dias (2006) apontam que a prática da adoção se faz presente nas sociedades desde as mais antigas civilizações. Contudo, os significados da adoção e as regulamentações referentes a essa prática foram sendo modificadas com o decorrer dos anos.

No Brasil, surgiu um movimento que anseava por uma nova cultura de adoção com o objetivo de priorizar o interesse da criança. Ganhando mais visibilidade e mais espaço para ser discutida, a adoção assumiu diferentes contornos e contextos, tornando-se uma forma legítima de se constituir uma família. Entretanto, apesar da grande relevância social que o tema possui, os avanços ainda são lentos e o destino das crianças e adolescentes permanece sendo o mesmo, já que seus direitos muitas vezes são violados (WEBER, 2003). Faz-se, então, necessário um olhar mais profundo e atento a algumas especificidades da adoção, principalmente a forma como esse processo é compreendido pela sociedade em geral, especialmente pelos pais adotantes. Autores como Weber (2003), Pinto e Picon (2009) e Schettini (2017) apontam a presença de alguns pensamentos e questionamentos recorrentes em pais adotantes que precisam ser reavaliados, uma vez que eles podem gerar certo prejuízo ao desenvolvimento saudável da criança e da família.

A Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), doravante denominada TCC, tem sido utilizada em âmbito internacional, visando a uma melhoria na qualidade de vida dos sujeitos. Contudo, abordagens cognitivo-comportamentais aplicadas, especificamente, ao processo de adoção não são uma prática muito relatada na literatura, por isso o presente artigo tem como objetivo investigar as possíveis contribuições da TCC na identificação de pensamentos disadaptativos recorrentes em pais adotantes, seja em relação à adoção ou ao futuro dos filhos.

## 2 MÉTODO

Este é um estudo de revisão narrativa de literatura. De acordo com Rother (2007, p. 1), “os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teóri-

co ou contextual”. Segundo o autor, as revisões narrativas são qualitativas, pois se baseiam na análise de literaturas publicadas juntamente com a interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador. Complementando, Cordeiro et al. (2007, p. 429) acrescentam que “a seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva”. Os autores também apontam que a revisão narrativa não exige um protocolo rígido na sua construção, sendo a busca das fontes não específica e menos abrangente. Baseado nessas informações, o modo de produção da revisão narrativa se apresentou como a mais adequada para esta produção acadêmica.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida nas bases de dados eletrônicas Scielo, PepSic e Google Acadêmico, durante os meses de fevereiro a abril de 2018, a partir dos descritores “adoção”; “TCC”; “aspectos psicológicos da adoção”; “adoção no Brasil”; “medos e expectativas de pais que querem adotar”. Também foram pesquisados os termos combinados “adoção” e “TCC”; “medos e expectativas de pais que querem adotar” e “adoção no Brasil”; “medos e expectativas de pais que querem adotar” e “TCC”. Os critérios de inclusão foram as publicações no idioma português, necessidade de abordagem dos aspectos teóricos da TCC e/ou informações relacionadas ao processo de adoção e a delimitação temporal no período de 1997 a dezembro de 2017. Os critérios de exclusão foram ausência de disponibilidade do texto completo e temáticas não pertinentes ao objetivo de estudo. A revisão de literatura se deu em três etapas. A primeira se baseou na elaboração de uma contextualização para o problema abordado e no levantamento de publicações que poderiam contribuir com a pesquisa. A segunda etapa consistiu na seleção das publicações que abarcavam o assunto tema de estudo. A terceira se baseou na análise das informações encontradas para posterior construção do artigo. Ainda nessa etapa, os materiais selecionados para estudo foram lidos e, a partir dessa leitura, foram retirados os pensamentos desadaptativos apontados pelos autores que se mostrariam presentes em pais adotantes.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A descrição dos resultados trará, inicialmente, a construção sócio-histórica do conceito de família e da prática da adoção e sua influência nos dias atuais. Posteriormente, será apresentado um breve esclarecimento teórico acerca da TCC, buscando facilitar a compreensão do leitor a respeito da abordagem. Em seguida, serão apontados os padrões de pensamentos recorrentes em pais adotantes encontrados na literatura pesquisada, ao mesmo tempo em que serão levantados questionamentos acerca da veracidade de tais pensamentos. Por fim, será

feita uma discussão a respeito de suas implicações no processo da adoção e criação dos filhos e as possíveis contribuições da TCC para a sua identificação, seguido da exposição de possíveis manejos clínicos para esses pais.

### **3.1 Uma construção sócio-histórica do conceito de família**

A família é o primeiro grupo de socialização de um indivíduo, por isso, dentre suas funções, estão ensinar valores morais e sociais e exercer influência direta na forma como esse sujeito se comportará em sociedade. No decorrer da história, a família sofreu diversas modificações em seus arranjos e surgiram novas configurações. Para abordar tal tema, optou-se como ponto de partida a era moderna, por acreditar-se esse um período marcante para essas transformações. Segundo Hintz (2001), na modernidade, a família se configurava através de uma hierarquia demarcada pelo modelo patriarcal, no qual a figura masculina era vista como detentora de poder e autoridade, e a figura feminina, delicada e frágil, era destinada aos cuidados da casa e da família. Ser mulher era, dentre outras coisas, ser mãe e, por isso, a maternidade era vista como uma função primordial das mulheres. A cultura dos laços de sangue surgiu a partir do modelo de família patriarcal formada por pai, mãe e filhos. Com isso, o vínculo biológico começou a ser supervalorizado em detrimento de qualquer outro tipo de filiação (MAUX; DUTRA, 2010).

Com os processos de industrialização e modernização, a família moderna foi reorganizada. A condição feminina se modificou, e as funções domésticas que, até então, eram destinadas apenas à esposa passaram a ser realizadas por outras pessoas, como a filha mais velha e outros parentes. A mulher ganhou a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho para ajudar nas despesas domésticas, e as relações conjugais começaram a ocorrer por meio da livre escolha dos cônjuges. Vale destacar também que, com o surgimento da pílula anticoncepcional no século XX, a mulher assumiu o controle sobre seu corpo e, principalmente, o poder de escolha em querer procriar ou não (HINTZ, 2001).

A pós-modernidade, compreendida como a segunda metade do século XX, é vista como uma segunda modernidade. Nesse momento, a mulher obteve a liberdade de poder participar de novas atividades, sendo elas profissionais, culturais, políticas, entre outras. A família pós-moderna assumiu novos padrões, por exemplo, família nuclear, monoparental, união consensual, casais sem filhos, família homoafetiva, família adotiva, entre outras. Percebe-se que o conceito de família foi se transformando e que, apesar de tamanha complexidade, a instituição familiar, através do seu dinamismo, mostrou-se capaz de absorver as mudanças culturais.

### 3.2 A prática da adoção e seus desdobramentos nos dias atuais

Criada pelos romanos, a adoção iniciou-se como instrumento de poder familiar, no qual a família se encontrava sob a autoridade do pai. Nessa época, a adoção tinha como objetivo possibilitar a escolha do sucessor, permitir que um indivíduo adquirisse um status superior e, por fim, dar descendentes para quem não os tinha. Com a chegada da Idade Média e a forte influência do Cristianismo, a igreja criou as Rodas dos Enjeitados destinadas para o abandono anônimo. Já na Era Moderna, Napoleão buscou legalizar a adoção, mas, como era de se esperar, no início, as leis tendiam a privilegiar os filhos biológicos (WEBER, 2003).

Maux e Dutra (2010) apontam que, no Brasil, a história da adoção tem um percurso extenso desde a época da colonização. No início, ela estava relacionada com a caridade, sendo comum que as pessoas tentassem esconder a adoção por motivo de vergonha. Essa herança cultural contribuiu para que esse tipo de filiação viesse carregada por mitos e preconceitos, e isso permanece até os dias de hoje, uma vez que ainda é possível encontrar casos de pessoas que realizam ou realizaram a adoção “à brasileira”, ou seja, ilegalmente.

Com o primeiro Código de Menores, em 1927, começaram a ser legalizados os internatos, orfanatos, casas transitórias, entre outros locais, com o objetivo de proteger crianças e adolescentes dos riscos das ruas, ao mesmo tempo em que também permitiam à sociedade viver sem precisar lidar com a figura do menor abandonado (CAMARGO, 2005). Em torno de 1950, as Rodas dos Enjeitados foram extintas e o Estado inaugurou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e, em diversos estados do território nacional, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). Ainda na década de 50, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Carta dos Direitos Universais da Criança e do Adolescente. Somente em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamentou a adoção no Brasil. A partir de então, a adoção passou a ser caracterizada nas leis brasileiras como sendo a única forma permitida por lei para uma pessoa assumir uma criança ou adolescente nascido de outra pessoa como filho, irrevogavelmente, tornando essa criança filho legítimo dos pais adotivos (WEBER, 2003).

Com a regulamentação do processo de adoção pelo ECA, algumas alterações foram realizadas e, dentre elas, destacam-se: a idade mínima exigida para o adotante passou a ser de 18 anos, respeitando-se a diferença de 16 anos entre o adotante e o adotado; autorizada a adoção por pessoas solteiras, viúvas, concubinadas e divorciadas; possibilitou-se a adoção unilateral e tornou pleno o direito à sucessão do filho adotado (WEBER, 2003). O ECA (1990) visou garantir à criança e/ou adolescente a proteção integral em todos os seus aspectos, porém

esse direito, apesar de garantido por lei, vem sendo violado desde a sua implementação. Como consequência, diversas crianças acabam sendo destinadas às Unidades de Acolhimento Institucional, onde poderão ser adotadas. O processo de adoção é realizado através do Juizado da Infância e da Juventude, havendo a necessidade de uma avaliação que confirme a aptidão dos adotantes. Cabe ressaltar que a adoção tardia é caracterizada por ser a adoção de crianças maiores, sendo esse um contexto de menor adesão por parte dos pais candidatos à adoção.

Ainda de acordo com o ECA (1990), a criança ou adolescente que aguarda pela adoção tem duas possibilidades de locais para ficar. A primeira seria os abrigos, que constituem o chamado acolhimento institucional, já citado anteriormente, e a segunda é o acolhimento familiar, no qual essa criança ficará, temporariamente, com uma família substituta até a finalização do processo adotivo. Camargo (2005) acrescenta que as crianças adotadas podem ser vistas como privilegiadas, uma vez que grande parte delas permanece excluída social e economicamente e vivendo nas ruas. Além do ECA, no dia 3 de agosto de 2009, foi promulgada a Lei 12.010, mais conhecida como Lei Nacional de Adoção, que incentiva o tratamento sem a supervalorização do aspecto biológico da criança (BRASIL, 2009). Entretanto, ainda se observa certa posição que privilegia a família biológica, uma vez que a lei coloca como prioridade a adoção por parentes mais próximos, considerando, primeiramente, o grau de parentesco e a relação afetiva entre o adotado e o adotante.

Os trabalhos realizados pelos Grupos de Apoio à Adoção para pré-adotantes e para os pais adotivos são de extrema relevância e, embora ainda não sejam suficientemente reconhecidos, são essenciais para o desenvolvimento da nova cultura da adoção. Weber (2003) fala sobre a necessidade de uma reflexão acerca do novo conceito sobre a adoção que, em vez de buscar uma criança para satisfazer a família, buscar uma família para determinada criança. É importante que sejam pensadas intervenções preventivas, visando a proteger e resguardar as famílias envolvidas no processo da adoção, assim como a própria criança.

### **3.3 A TCC e suas contribuições**

O modelo cognitivo foi construído originalmente por pesquisas feitas por Aaron Beck visando a explicar os processos psicológicos da depressão. Wright, Basco e Thase (2009) apontam dois princípios básicos da TCC: o primeiro diz que as crenças influenciam de tal maneira as emoções e comportamentos que passam a controlá-los; e o segundo, que o modo como as pessoas se comportam pode influenciar seus padrões de pensamentos e emoções. De acordo com a terapia cognitiva, alguns pensamentos estão nas fronteiras da consciência, sendo

chamados de pensamentos automáticos e definidos como pensamentos espontâneos, que representam uma interpretação imediata de qualquer situação (KNAPP; BECK, 2008). Na raiz desses pensamentos automáticos, estão as chamadas crenças, caracterizadas como “verdades”, que o sujeito vai construindo no decorrer na sua vida. As crenças intermediárias são aquelas compostas por regras, atitudes e suposições, sendo mais fáceis de serem acessadas. Já as crenças centrais são mais profundas, rígidas e difíceis de acessar.

Desde a infância, os indivíduos desenvolvem determinadas crenças sobre si mesmos, outras pessoas e seus mundos. São denominadas crenças centrais aqueles entendimentos mais fundamentais, nucleares e profundos de uma pessoa, consideradas verdades absolutas e, por isso, dificilmente articulados por ela. As crenças centrais são o nível mais fundamental de crença, caracterizando-se como globais, rígidas e supergeneralizadas (DUARTE; NUNES; KRISTENSEN, 2008, p. 5).

Entendendo que as crenças são o “conteúdo”, é possível afirmar que ele fica armazenado em esquemas, que seriam um tipo de agrupamento estruturado responsável pelo processamento da informação.

O esquema funciona como uma espécie de filtro, que seleciona as informações, assimilando, priorizando e organizando aqueles estímulos que sejam consistentes com a estrutura do esquema, e evitando todo o estímulo que não seja consistente com essa estruturação (DUARTE; NUNES; KRISTENSEN, 2008, p. 4).

Para Beck (1997), esses pensamentos poderiam estar errados, ou seja, poderiam ser erros cognitivos que se caracterizam por representarem alguns equívocos na lógica dos pensamentos automáticos e de outras cognições (WRIGHT; BASCO; THASE, 2009). Dessa forma, o processamento cognitivo desse sujeito levaria à ativação de esquemas desadaptativos, o que, na prática, pode fazer com o que o sujeito se utilize de estratégias compensatórias para não ter que se haver com suas crenças disfuncionais. Aqui, entende-se por desadaptativo<sup>3</sup> aquilo que se apresenta como inadequado à realidade do sujeito e, portanto, causador de diversas dificuldades interpessoais e sofrimento psíquico (DUARTE; NUNES; KRISTENSEN, 2008).

Beck (1997) afirma que a terapia cognitiva tem como objetivo produzir mudanças no pensamento e no sistema de crenças dos sujeitos, visando a reestruturar e corrigir pensamentos desadaptativos. Como consequência, seriam geradas mudanças emocionais e comportamentais, tornando aquele sujeito mais funcional. Enquanto isso, Knapp e Beck (2008) afirmam que o termo TCC deve ser utilizado para tratar de um grupo de técnicas onde há uma

---

<sup>3</sup> Termo utilizado para se referir aos pensamentos também apontados como “disfuncionais”, “errados” ou “prejudiciais” nas referências aqui utilizadas.

combinação da abordagem cognitiva com um conjunto de procedimentos comportamentais. Os autores Wright, Basco e Thase (2009, p. 16) ainda complementam que “Beck defendeu a inclusão de métodos comportamentais desde o início de seu trabalho, pois reconhecia que essas ferramentas são eficazes para reduzir sintomas, e conceitualizou um relacionamento estreito entre cognição e comportamento”.

Baseado no que foi exposto, é possível pensar a TCC como um modelo terapêutico eficaz não somente para a identificação de pensamentos desadaptativos, mas também para o mapeamento de esquemas e crenças desadaptativas. Contudo, o foco deste artigo está voltado para a identificação de pensamentos desadaptativos recorrentes na população adotante e que foram registrados na literatura estudada, assim como na identificação de procedimentos clínicos que permitiriam a modificação cognitiva através do uso da TCC a partir da literatura consultada.

### **3.4 Pensamentos desadaptativos encontrados na pesquisa bibliográfica**

#### **Pensamento 1: “Somente o vínculo biológico é capaz de garantir a vivência da maternidade/paternidade”**

Schettini (2017) destaca que um número significativo de mães adotivas expressa que a ausência das dores do parto dificulta a compreensão legítima do que é a maternidade. É a dor de não sentir a dor do parto que para essas mães adotivas dificulta a legítima ligação com a criança. Maldonado (1999) corrobora com a ideia de que, muitas vezes, os pais só recorrem à adoção após anos de tentativas, tratamentos e frustrações, por acreditarem que o vínculo biológico é a melhor opção para se vivenciar a experiência de ser mãe e pai.

Segundo Maux e Dutra (2010, p. 365), “a questão genética assegura aos pais biológicos a certeza de que são pais. Gerar um filho significa, além da perpetuação biológica, uma espécie de apropriação desse filho”.

Culturalmente, a gravidez feminina confirma a potência masculina, o que significa que o homem se sente cobrado socialmente a justificar a sua masculinidade. Neste sentido, a paternidade significa muito mais que a realização de um desejo: é a concretização da virilidade e da potência masculina. Por outro lado, o homem projeta no filho a sua continuação, a continuação da linhagem e do patrimônio genético (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006, p. 288).

Contudo, sabe-se que o vínculo biológico por si só não garante que a maternidade e a paternidade acontecerão. Afinal, é através da adoção afetiva que se vive a maternidade e a paternidade, seja de um filho biológico ou não. É através da consolidação dos vínculos e do apego afetivo que a experiência da maternidade e da paternidade vai sendo vivenciada diariamente a cada olhar, cada gesto de carinho, cada dificuldade enfrentada, mas, principalmente, na confiança e no amor mútuo que é construído com aquela criança (WEBER, 2003). Com isso, passa a não ser mais necessária a vivência da gestação e do parto para a comprovação da maternidade e da paternidade, pois se percebe que o vínculo biológico é frágil demais para legitimar o vínculo familiar e que a real filiação é de natureza afetiva.

É muito importante que haja uma preparação específica dos pais adotivos, não somente como educadores, mas também como pessoas, como sujeitos que estão prestes a lidar com um turbilhão de emoções e sentimentos. Entretanto, cabe chamar a atenção para o fato de que a preparação de pais biológicos não é algo discutido socialmente, validando assim a ideia equivocada de que pessoas já nascem sabendo “ser mãe” e “ser pai”, especificamente quando se fala de filhos biológicos. Weber (2003) vai apontar a necessidade de que uma preparação seja feita em qualquer uma das circunstâncias, seja na constituição de uma família biológica ou da adotiva.

**Pensamento 2: “A morte do filho natural é motivo suficiente para adotar.” “O filho adotivo vai ajudar em uma futura gestação.” “Um filho vai ajudar a melhorar nosso casamento”**

Campos (2003) e Weber (2003) apontam que muitos casais optam pela adoção devido à esterilidade de um ou de ambos os pais, utilizando a chegada dessa nova criança como uma maneira de tamponar a frustração por não poderem procriar. Outros casais já optam pela adoção para viabilizar uma gestação futura, paratentar substituir o filho natural que morreu, ou como uma maneira de melhorar o relacionamento conjugal. Levinzon (2004) acrescenta outros fatores que colaboram para a opção da adoção: o desejo de ter filhos quando já se passou da idade adequada; o contato com uma criança que desperta o desejo de ser mãe e pai; o parentesco com os pais biológicos que não apresentam condições de cuidar do filho; o desejo de ser mãe ou pai e não possuir um parceiro; o desejo de ter filhos sem querer passar pelo processo da gestação.

Como se percebe, a escolha pela adoção, muitas vezes, se dá por uma busca em suprir as necessidades do adotante, e não necessariamente do adotado. Conforme Schettini (2017),

nos casos onde a infertilidade do homem ou da mulher está mal resolvida, pode haver uma busca eterna por um filho que foi idealizado e não gerado, impossibilitando uma real aproximação do filho que é de fato possível de se ter. Em situações de infertilidade, é necessário que esse casal consiga redefinir sua identidade tanto como sujeito, quanto casal, assimilando e reelaborando sentimentos, como fracasso, tristeza e discriminação por não poderem gerar filhos (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006). Levinzon (2004) sugere que o desejo de ser pai e mãe deve ser legítimo e verdadeiro, não podendo estar atravessado por uma vontade de simplesmente “fazer o bem”. Dessa forma, a criança se sente de fato como um membro da família e não como um mero exemplo da bondade de seus pais adotivos.

A constatação de que o filho real não corresponde ao filho desejado é um outromomento delicado e doloroso, mas que precisa ser enfrentado para que não haja prejuízos no processo de filiação adotiva ou na construção do novo grupo familiar. É necessário que os pais adotivos consigam amar seus filhos da forma que eles chegam até eles, havendo a necessidade de fazer o luto do filho idealizado para dar lugar ao filho real (SCHETTINI, 2017). Além disso, situações de elevada cobrança podem fazer com que o filho se sinta incompetente por não atender aos desejos dos pais, o que, somado às expectativas desproporcionais, pode afetar a relação familiar (SCHETTINI, 2017). Portanto, se conclui que expectativas exacerbadas, luto do filho falecido ou não concebido e problemas conjugais precisam ser bem elaborados, caso contrário podem gerar diversos problemas para a relação entre pais e filhos. É preciso aprender que ninguém substitui ninguém, e que todo filho deve ter seu lugar no coração dos pais (WEBER, 2003).

### **Pensamento 3: “Será que meu filho adotivo irá me amar verdadeiramente?”**

Muitos pais mostram o receio de não serem amados por seus filhos adotivos. Primeiramente, é preciso dizer que os laços da adoção se formam através de uma conquista recíproca de amor entre a criança e a família, o que implica em uma aceitação mútua. Mas, apesar do medo e das incertezas que afligem os pais, a importância maior não está na garantia de saberem que são amados, mas sim na certeza do amor que possuem por seus filhos (SCHETTINI, 2017). Nesse âmbito, os pais tendem a buscar alternativas que produzam a sensação de controle sobre o futuro, mesmo que para isso precisem se empenhar em comportamentos e pensamentos que tragam esse sentimento a qualquer custo.

Outro fator que fortalece pensamentos de desamor, como o de não ser amado, é o fato de alguns filhos adotivos apresentarem comportamentos vistos como indesejáveis, por exem-

plo, o distanciamento e a rejeição às demonstrações de afeto de seus pais. Schettini (2017) aponta que esses comportamentos são consequências de uma interrupção da troca de carinho físico nos primeiros meses de vida, seguida de uma escassa aproximação com seus cuidadores ou pessoas da Instituição de Acolhimento, onde foram anteriormente recebidos. Há, também, situações semelhantes e recorrentes de agressões físicas ou abuso sexual.

Portanto, fica claro que o distanciamento dos filhos não é sinônimo da inexistência do amor, mas de uma dificuldade de “apego corporal” recorrente da história dessa criança. Situações como essa exigem dos pais certa compreensão e paciência, respeitando o seu ritmo pessoal. Weber (2003) diz que o mais importante na dinâmica familiar são a tolerância, a compreensão e a capacidade de doação para o outro, sentimentos esses que fazem com que as dificuldades sejam enfrentadas e superadas.

A esse respeito, Levinzon (2004) afirma que, por mais que esses sentimentos sejam essenciais, receber crianças que tiveram algum tipo de privação severa, seja ela física ou psicológica, representa um grande desafio. Dentro desse contexto, muitas vezes, os pais adotivos se veem na obrigação de terem que provar ser bons pais, o que de certa forma só traz prejuízos ao bem-estar daqueles sujeitos. Portanto, os problemas que ali acabam surgindo devem ser tratados como qualquer outro problema familiar entre pais e filhos.

#### **Pensamento 4: “Não devemos falar sobre seu passado, pois, a partir de agora, ele tem uma nova família, uma nova história”**

São muitos os casos de pais adotivos que tentam esconder a origem de seus filhos. De acordo com Schettini, Amazonas e Dias (2006) e Schettini (2017), a criança adotada traz consigo uma história passada pré-adotiva que teve a participação biológica de outra pessoa, o que, na sua constituição como sujeito, não pode ser descartado, pois está diretamente relacionado à sua saúde psíquica. Conforme Weber (2003), uma das justificativas que sustentam o pensamento de que “não falar do passado” é a melhor opção, seria o medo de que o filho venha se distanciar, caso tome conhecimento sobre sua família de origem, ou por acreditar que se a criança não souber que é adotada ocorrem menos problemas.

Para Schettini, Amazonas e Dias (2006, p. 286), “é comum os pais adotivos alimentarem a fantasia de que seus filhos adotados, movidos pelo desejo de conhecer os pais biológicos e impulsionados pela força dos laços de sangue, os abandonem e partam em busca desses pais”. A esse respeito, Maux e Dutra (2010, p. 368) complementam que “não é a adoção, mas a falta de segurança dos pais no vínculo afetivo construído com o filho, o medo de não ser o

pai real ou ‘de direito’ que gera as dificuldades futuras”. Entretanto, é percebido que, muitas vezes, o objetivo dessas crianças e adolescentes não é mudar sua parentalidade, mas sim o desejo de conhecer sua história.

Dizer a verdade aos filhos adotivos parece ser a melhor maneira de lidar com a situação, pois informações erradas podem fragilizar a confiança estabelecida (MALDONADO, 1999). Apesar de muitas vezes esses pais apresentarem um certo receio em contar a verdade, a ideia de ser um filho de coração, ou um filho que foi “escolhido para ser amado”, deve prevalecer para que essa criança se sinta acolhida e pertencente àquela família. É importante destacar que a necessidade em saber sobre a história de origem pode ter mais vigor quando o filho estiver na adolescência. Sabendo que essa conversa não será fácil, nem para o adolescente e nem para os pais, é importante que essa relação seja construída principalmente com base no diálogo e na confiança para que o jovem se sinta confortável em falar sobre o assunto, sem ter o receio de que está fazendo algo errado (SCHETTINI, 2017). Por outro lado, os pais devem ter uma escuta atenta aos sinais do filho, fornecendo as respostas de acordo com seu nível de compreensão e faixa etária (PINTO; PICON, 2009).

No que diz respeito ao filho adotivo, não será estranho incluir as pessoas que compõem a sua origem (pais biológicos) no seu grupo parental, mesmo que não as conheçamos e independentemente da sua relação com o filho que adotamos. No mínimo, é importante que não criemos indisposições em relação à sua família de origem e nem tentemos apagar a imagem de sua existência (SCHETTINI, 2017, p. 20)

### **Pensamento 5: “Devemos ser mais permissivos, ele já passou por tanta coisa” X “Nossa casa, nossas regras.. ele tem que se adaptar”**

Aqui, aparecem dois pensamentos desadaptativos que se confrontam a todo momento. De um lado, estão os pais que acreditam que há a necessidade de que o filho seja pouco questionado e advertido, uma vez que ele já pode ter passado por situações muito difíceis. Do outro lado, estão os pais que mantêm o pensamento de que essa criança, apesar de tudo que passou e enfrentou, deve se adaptar às novas regras que já estão pré estabelecidas.

O primeiro pensamento se sustenta na dúvida de não saber se deve impor limites aos filhos ou não. Fazendo uma ligação com o tópico anterior, Maux e Dutra (2010) apontam que a ideia de que o filho possa optar pelos pais biológicos dificulta aos pais adotivos o estabelecimento de limites e regras. Muitas vezes, esses pais são conduzidos pelo medo de que o filho se sinta irritado ou triste e, por isso, decida ir embora, optando pelo não estabelecimento das

regras. Porém, sabe-se também que a falta de autoridade pode ocasionar filhos desobedientes e com ausência de limites.

A esse respeito, Pinto e Picon (2009) assinalam a importância de se esclarecer aos pais que todas as crianças precisam ser educadas para se desenvolverem de maneira saudável, seja ela adotada ou não. É necessário que os filhos sejam orientados em relação ao que é certo ou errado e que tenham limites e advertências aplicados quando necessários, afinal é esse tipo de postura que possibilita que essa criança ou adolescente tenha uma referência a ser seguida, tanto no que se refere a valores, quanto às possíveis formas de agir diante das mais diversas situações.

Em relação ao segundo pensamento apontado, Schettini (2017) aponta que em muitos casos os pais se utilizam de imposição ou pressão como métodos para tentar fazer com que o filho se adapte ao seu novo ambiente. Porém, nenhum desses recursos se mostra eficaz, uma vez que podem acabar gerando dor e insegurança nos filhos por se sentirem pressionados a mudarem as maneiras com que pensam e se comportam. Por isso, é fundamental que esses ensinamentos e essa adaptação sejam feitos de maneira conjunta, e não somente por parte do filho, compreendendo que o tempo do filho nem sempre é o mesmo dos pais.

### **Pensamento 6: “Se ele for parecido fisicamente, vai parecer ser nosso mesmo”**

Para muitos pais adotivos, parece que é a semelhança física que legitima o vínculo de parentalidade, mesmo não havendo uma ligação biológica. Costa e Campos (2003) e Weber (2003) apontam que é comum uma certavalorização dos pais adotantes a qualquer semelhança dos filhos adotivos consigo, com o cônjuge ou com qualquer outro membro da família. Cabe ressaltar que, muitas vezes, a procura por filhos semelhantes se dá em função de uma tentativa de evitar quaisquer questionamentos sociais sobre se aquele filho é mesmo deles ou se é adotado.

A cultura brasileira é marcada por uma forte valorização dos laços de sangue, o que ajuda a compreender o fato de a semelhança física surgir como uma tentativa de suprir a ausência dos laços sanguíneos. Schettini (2017) e Weber (2003) apontam que as relações sustentadas por semelhanças físicas não garantem a consolidação do vínculo afetivo entre seus membros, o que reforça a ideia de que a motivação para adotar deve se sustentar na chegada de um novo filho, e não na semelhança física que possa vir a existir.

Essa discussão abre as portas para a abordagem do tema da adoção inter-racial. Uma vez que os pais adotivos priorizam as semelhanças físicas, as chances de adotar uma criança

de cor diferente da sua passam a ser nulas. Sabendo que o pensamento restrito às semelhanças físicas é desadaptativo, torna-se necessária a sua modificação. Ao se flexibilizar essa maneira de pensar, tem-se como consequência direta o aumento de possibilidades para a criança desse perfil ser adotada por aquele casal, uma vez que elas não estarão mais restritas aos aspectos físicos.

### **Pensamento 7: “Tenho medo de adotar porque não sei quais características ele vai trazer dos pais biológicos”**

Pais adotivos tendem a acreditar que a hereditariedade tem maior peso que a educação. Weber (2003) discorre sobre como a cultura dos “laços de sangue”, tão presente em nossa sociedade, e como ela faz com que as pessoas acreditem na força desse vínculo como algo eterno que ultrapassa qualquer outro tipo de relação. Weber, ainda, aponta que a supervalorização da consanguinidade faz com que sejam atribuídas certas características comportamentais aos genes, retirando toda e qualquer responsabilidade dos pais adotivos sobre a situação, o que, segundo Schettini, Amazonas e Dias (2006), seria uma concepção de hereditariedade patológica. Se a criança apresentar um comportamento esperado, os créditos vão para a educação oferecida pelos pais adotivos, mas, se o comportamento for inadequado (rebeldia, marginalidade, prostituição, roubo etc.), a responsabilidade estaria na herança genética.

Levinzon (2004) acrescenta que esses temores relacionados a uma possível herança de traços de caráter ou dificuldades cognitivas/intelectuais nada mais é que a dificuldade dos próprios pais adotivos lidarem com suas angústias e decepções mais profundas. Contudo, Weber (2003) esclarece que as características adquiridas durante a vida de um sujeito não são incorporadas à sua carga genética e, portanto, não podem ser transmitidas para as futuras gerações. Schettini, Amazonas e Dias (2006, p. 292) apontam que “essa preocupação exacerbada pode refletir a crença narcísica de que a sua hereditariedade é melhor que a dos outros”. Outro temor ligado à suposta “herança genética” que a criança pode trazer está a possibilidade de existirem doenças físicas ou mentais hereditárias que possam vir a se manifestar posteriormente. Mas, para Weber (2003), essas dúvidas não são exclusivas de crianças adotadas, uma vez que tais doenças podem surgir no decorrer do desenvolvimento de qualquer sujeito.

### 3.5 Manejos que auxiliam no acompanhamento de pais adotantes

Weber (2003) discorre sobre a importância de não se criar rótulos para os pais que, a princípio, não estão aptos para adoção, pois um simples fator não deve ser suficiente para que eles sejam considerados inaptos para o exercício da maternidade ou da paternidade. Schettini, Amazonas e Dias (2006) corroboram com a ideia ao afirmar que profissionais preparados devem atuar de forma preventiva em um momento anterior à adoção, atuando não como juízes, mas como alguém que está ali para ajudá-los a descobrir suas reais motivações e vontades. Weber (2003) e Schettini, Amazonas e Dias (2006) concordam com a ideia de que esses profissionais devem estar melhor preparados, mas, não apenas isso, devem também fornecer uma preparação adequada aos pais. Os autores apontam como uma possibilidade encaminhar esses pais para um acompanhamento psicoterapêutico, ou para participarem de grupos de apoio à adoção, entretanto, não especificando nenhum tipo de técnica de intervenção a ser realizada com esses pais. Por outro lado, Pinto e Picon (2009) apresentam, em seu estudo, a versão preliminar de um protocolo de dez entrevistas de psicoterapia cognitivo-comportamental em grupo a ser aplicado em pais adotantes na fase que antecede a adoção, com foco nas crenças disfuncionais por eles apresentadas e discutidas no tópico anterior. As autoras abordam algumas técnicas comportamentais e cognitivas aplicadas, propondo a sua utilização como uma estratégia de intervenção preventiva. Diante disso, visando a fornecer um material que também auxilie no manejo com pais adotantes, seguem abaixo quatro possibilidades de manejo a serem utilizados:

- *Psicoeducação*: Técnica cognitiva que consiste em ensinar o tema adoção aos pais adotantes, com objetivo de capacitá-los na compreensão dos pensamentos desadaptativos recorrentes e das consequências que isso pode trazer ao grupo familiar. Sugere-se que, na psicoeducação, sejam utilizadas situações já vivenciadas pelos pais para ilustrar os conceitos abordados, visando facilitar a compreensão e o processo de aprendizagem (WRIGHT; BASCO; THASE, 2009).

- *Diário de automonitoramento*: Manejo comportamental que consiste em solicitar que os pais registrem seus próprios comportamentos e seus contextos, tendo como objetivo reduzir a frequência de comportamentos inadequados e/ou aumento da frequência de comportamentos adequados a partir da análise desses registros. Essa mudança pode ocorrer de acordo com o registro realizado e quanto maior for o tempo de monitoramento feito pelos pais, maiores serão as chances de mudança (BOHM; GIMENEZ, 2008).

- *Ensaaios comportamentais*: Manejo comportamental que consiste em solicitar que os pais simulem alguma situação relacionada ao tema adoção, exercendo um determinado papel, por exemplo: pai exerce o papel da criança, enquanto o profissional presente exerce o papel do pai e vice-versa. Loureiro (2013) aponta que as simulações devem ser feitas baseadas em cenas reais de um problema recente ou de algum problema que possa vir a ocorrer. A partir do ensaio comportamental, é possível estimular a reflexão e o desenvolvimento de respostas mais adaptativas com os pais.

- *Treinamento de habilidades sociais (THS) de enfrentamento*: Trata-se de um programa comportamental que consiste em um levantamento junto aos pais de seus recursos pessoais, estratégias que já utilizam e de novas possíveis formas de lidar com as situações sociais envolvidas no contexto adoção. O objetivo é o de desenvolver comportamentos socialmente habilidosos, analisando as consequências e visando a resolução de problemas (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002).

Weber (2003) aponta que os profissionais envolvidos devem não apenas acreditar, mas também possibilitar a mudança, dando oportunidade para que esses pais possam modificar seus padrões cognitivos, tornando-se capazes de exercer a maternidade e paternidade de forma saudável. A esse respeito, Camargo (2005) acrescenta que os profissionais da adoção devem ter o cuidado de não reproduzir os mitos e medos existentes, mas sim atuar na sua desconstrução. Ele aponta também a importância de se desvincular o discurso biológico do conceito de família, assim como a implementação de políticas públicas direcionadas para as crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco e para as famílias sem filhos, possibilitando que elas estejam devidamente informadas e orientadas sobre a adoção.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica evidenciou a realidade que encontramos na nossa sociedade. Ainda estamos construindo um caminho para a construção de uma sociedade mais flexível e aberta ao questionamento de suas regras referentes a parentalidade. Foi percebido que muitos casais hipervalorizam o vínculo biológico em detrimento de qualquer outro tipo de laço afetivo. Há também uma grande desinformação no que diz respeito às heranças genéticas e a sua influência na formação da personalidade de um indivíduo, o que contribui diretamente para a manutenção de alguns preconceitos ligados ao processo adotivo.

A adoção, por diversas vezes, ainda é vista como caridade ou bondade, sendo que, quando é cogitada como uma real possibilidade para a constituição de uma família, costuma

aparecer após todas as outras alternativas socialmente consideradas “mais legítimas” (culturalmente validadas) já terem sido exploradas. Pais que escolhem adotar enfrentam medos e peculiaridades que, pela falta de informação, muitas vezes, os deixam confusos e fortalecem esquemas desadaptativos.

A adoção é um tema de grande relevância social, mas que ainda precisa ser discutida e estudada. Foi observado uma ausência de publicações disponíveis sobre o tema embasadas em abordagens cognitivo-comportamentais, fortalecendo a necessidade de se produzir mais pesquisas e estudos na área, visando a não apenas contribuir com o tema, mas também a desconstrução de mitos e preconceitos, assim como na desestabilização de estruturas enraizadas.

Assim, a intenção dos autores deste artigo não foi esgotar o tema, mas contribuir com o trabalho de profissionais que atuam com pais adotantes, visando a facilitação da identificação de pensamentos desadaptativos, como apresentado na sessão de resultados, de maneira a promover novos aprendizados por parte dos pais adotantes, bem como novas possibilidades de intervenção para as equipes multiprofissionais atuantes nesse campo. O objetivo final deste trabalho seria diminuir o número de pais adotantes não habilitados para adoção, favorecendo o desenvolvimento psicológico mais saudável da família e principalmente do filho adotado, a partir do levantamento de variáveis que de alguma forma tenham interferência cognitiva ou comportamental no processo de adoção.

Sugere-se, a partir dos resultados, que outras pesquisas que venham a se seguir, possam ampliar a identificação desses padrões de pensamento, seja através de pesquisas de campo, ou mesmo através de pesquisas de revisão de literatura. Nessa última, propõe-se a ampliação para outros idiomas, o que permitiria acesso a outros padrões de pensamentos de culturas diferentes.

Encerra-se reafirmando que toda criança e adolescente tem o direito de crescer em uma família, e não em uma instituição. Por isso, é preciso ter um olhar mais atento e cuidadoso com a proteção das crianças e adolescentes em situação de abandono, pois a violação dos seus direitos se constitui como uma falha grave e, muitas vezes, irreversível.

## REFERÊNCIAS

BECK, Judith. **Terapia cognitiva: teoria e prática**. Artmed, 2007.

BOHM, C. H.; GIMENEZ, L. S. Automonitoramento como técnica terapêutica e de avaliação comportamental. **Revista psicolog**, v. 1, n. 1, p. 89-101, 2008. Disponível em: <[http://www.cemp.com.br/arquivos/39088\\_73.pdf](http://www.cemp.com.br/arquivos/39088_73.pdf)>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini; MARTURANO, Edna Maria. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. **Estudos de Psicologia (Natal)**, p. 227-235, 2002. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2002000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2002000200004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 17 de abr. de 2018.

BRASIL. Presidência da República. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Presidência da República. Nova Lei de Adoção. **Lei nº 12.010**, 03 de agosto de 2009.

CAMARGO, Mário Lázaro. A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes. **Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente**, 2005. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000200013&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000200013&script=sci_arttext)>. Acesso em: 27 de março de 2018.

CORDEIRO, A. M. *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Grupo de Estudo de Revisão Sistemática do Rio de Janeiro (GERS-Rio). **Rev. Col. Bras. Cir**, v. 34, n. 6, 2007. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-69912007000600012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912007000600012)>. Acesso em: 25 de abr. de 2018.

COSTA, L. F.; CAMPOS, N. M. V. A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivência das famílias adotantes. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 221-230, 2003. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722003000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722003000300004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 5 de jul. de 2018.

DUARTE, A. L. C.; NUNES, M. L. T.; KRISTENSEN, C. H. Esquemas desadaptativos: revisão sistemática qualitativa. **Revista brasileira de terapias cognitivas**, v. 4, n. 1, p. 0-0, 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872008000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000100004)>. Acesso em: 7 de maio de 2018.

HINTZ, Helena Centeno. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade a pósmodernidade. **Revista Pensando Famílias**, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1363010551\\_hintz\\_novos\\_tempos,\\_novas\\_fam%C3%ADlias\\_-\\_complementar\\_8\\_abril.pdf](http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1363010551_hintz_novos_tempos,_novas_fam%C3%ADlias_-_complementar_8_abril.pdf)>. Acesso em: 22 de abr. de 2018

KNAPP, P.; BECK, A. T. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva Cognitive therapy: foundations, conceptual models, applications and research. **Rev Bras Psiquiatr**, v. 30, n. Supl II, p. S54-64, 2008. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462008000600002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462008000600002&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 12 de jun. de 2018.

LEVINZON, Gina Khafif. **Adoção**. Casa do Psicólogo, 2004.

LOUREIRO, Cândida. Treino de competências sociais-uma estratégia em saúde mental: Técnicas e procedimentos para a intervenção. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 9, p. 41-47, 2013. Disponível em:

<[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1647-21602013000100007&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1647-21602013000100007&script=sci_abstract)>.  
Acesso em: 17 de abr. de 2018.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os caminhos do coração: pais e filhos adotivos**. Saraiva, 1995.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 2, 2010. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812010000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200005)>.  
Acesso em: 28 de maio de 2018.

PINTO, M. C. N.; PICON, P. Adoção: proposta preliminar para uma abordagem psicoterápica cognitivo-comportamental para pais adotantes. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 5, n. 1, p. 3-17, 2009. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872009000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872009000100002)>.  
Acesso em: 23 de jun. de 2018.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em:  
<[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002007000200001&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002007000200001&script=sci_arttext)>.  
Acesso em: 25 de maio de 2018.

SCHETTINI, L. **As dores da Adoção**. Curitiba: Juruá, 2017.

SCHETTINI, S. S. M.; AMAZONAS, M. C. L. A.; DIAS, C. M. S. B.. Famílias adotivas: identidade e diferença. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 2, 2006. Disponível em:  
<[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722006000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722006000200007&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 de jul. de 2018.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2ed. Juruá, 2003.

WRIGHT, J. H.; BASCO, M. R.; THASE, M. E. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental**. Artmed Editora, 2009.